



## EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA – ESPELHO DE CORREÇÃO

Instruções dadas aos candidatos: Redigir no espaço destinado para este fim uma tradução do texto abaixo, preservando o rigor e precisão de linguagem, tal qual esperado no âmbito científico. Usar caneta. Rasuras devem ser tachadas e colocadas entre parêntesis.

### 1. Texto da PROVA DE ESPANHOL:

**“Homo Obsoletus: precariedad y desempoderamiento en la turboglobalización”<sup>1</sup>**

#### Desempoderamiento Ciudadano

(...)

Una democracia de calidad solo es posible bajo la vigilancia constante de unos ciudadanos críticos y empoderados. En caso contrario, la libertad termina reducida a la mera formalidad del voto cada cierto tiempo y de una representación política dirigida demoscópica y populistamente. El ágora política abierta, inclusiva, solidaria y común a todas las personas es quizás la obra más compleja y esquiva de la humanidad. Como dijo Friedrich Schiller: la obra más importante, difícil y "total" (ya que incluye todos los aspectos) de la humanidad es una constitución libre.

Sorprendentemente en la era de las masas y del voto universal, de los derechos civiles y humanos, de la no discriminación por géneros, razas, religiones, ideologías, lenguas..., los ciudadanos -que han luchado y han conseguido todo eso- sienten impulsos a renunciar ello y volver a recluirse en su vida privada, pero también al subordinado estatus de súbdito. Todo parece confabularse para que la población olvide la tarea política común (Arendt, 1993), se retire a la "labor", la profesión o el "trabajo" privados.

Ya hemos destacado la gran angustia que universalmente experimenta ante la rápida "destrucción creativa" del conocimiento que impulsa a la gente a limitarse a evitar su obsolescencia profesional y -por tanto- dejar de ejercer la vigilante ciudadanía que tan esencial es para la democracia de calidad. El neoliberalismo, pero también muchas dinámicas de la "sociedad del conocimiento", actúan relegando lo común y la crítica informada de la política que los ciudadanos deben ejercer. La incultura política y humanística crece a la vez que todos luchan por ser expertos hiperespecializados y crece la tecnocracia.

El capitalismo cognitivo tiende -más allá del impulso horizontal de algunas nuevas tecnologías de la información- hacia un nuevo verticalismo tecnocrático, ya sea en la forma más paternalista, la populista o la declaradamente dictatorial. Tan solo el empoderamiento y la acción persistente de los ciudadanos evitarán esa deriva que, en cambio, se acentúa enormemente cuando se encierran en lo privado y dejan lo público-común en manos de presuntos "expertos".

El ciudadano pierde el control de la política, de la sociedad e, incluso, de su ciudad (Lefebvre, 1968).

En tal situación y precisamente intentando evitar su obsolescencia cognitiva, aparece otra muy destructiva patología político-social: la obsolescencia en tanto que ciudadanos de la mayor parte de la población. Como en tiempos pasados que tanto costó superar, los ciudadanos se degradan a meros "súbditos" -eso sí muy alagados por los *mass media* y adormecidos por el "espectáculo" de la representación "democrática"-.

---

<sup>1</sup> MAYOS, Gonçal. Homo Obsoletus: precariedad y desempoderamiento en la turboglobalización. Barcelona: Linkgua, 2016, p. 49-50.



## TRADUÇÃO MODELO:

“*Homo Obsoletus*: Precariedade e desempoderamento na turboglobalização”

Desempoderamento cidadão...

Uma democracia de qualidade só é possível sob a vigilância de cidadãos críticos e empoderados. Do contrário, a liberdade termina reduzida à mera formalidade do voto a cada certo tempo e de uma representação política conduzida de modo *demoscópico* e populista. A ágora política aberta, inclusiva, solidária e comum a todas as pessoas é, talvez, a obra mais complexa e difícil da humanidade. Como disse Friedrich Schiller: a obra mais importante, difícil e “total” (já que inclui todos os aspectos) da humanidade é a de uma constituição livre.

Surpreendentemente, na era das massas e voto universal, dos direitos civis e humanos, da não discriminação por gênero, raça, religião, ideologia, língua..., os cidadãos – que lutaram e conseguiram tudo isso – sentem impulsos para renunciar a isso e voltar a se recluir em suas vidas privadas bem como, com isso, ao subordinado status de súdito. Tudo parece confabular para que a população esqueça a tarefa política comum (Arendt, 1993) e se retire ao “labor”, a profissão ou ao “trabalho” privados.

Já destacamos a grande angústia que universalmente experimenta frente à rápida “destruição criativa” do conhecimento que impulsiona as pessoas a limitarem-se a evitar sua obsolescência profissional e – portanto – deixar de exercer a vigilante cidadania, tão essencial para uma democracia de qualidade. O neoliberalismo e com ele muitas dinâmicas da “sociedade do conhecimento” atuam rejeitando (desprezando) tanto a esfera comum (do público) quanto a crítica informada da política que os cidadãos devem exercer. A incultura política e humanística cresce ao mesmo tempo em que todos lutam por ser expertos hiperespecializados e em que cresce a tecnocracia.

O capitalismo cognitivo tende – para além do impulso horizontal de algumas novas tecnologias da informação – em direção a um novo verticalismo tecnocrático, seja na forma mais paternalista, na populista ou na declaradamente ditatorial. Somente o empoderamento e a ação persistente dos cidadãos evitarão esse desvio que, em troca, se acentua enormemente quando tais cidadãos se encerram no privado e deixam o público-comum nas mãos de presumidos “expertos”.

O cidadão perde o controle da política, da sociedade e, inclusive, de sua cidade (Lefebvre, 1968).

Em tal situação e precisamente tentando evitar sua obsolescência cognitiva, aparece outra bastante destrutiva patologia político-social: a obsolescência enquanto cidadãos, da maioria da população. Como em tempos passados que tanto custou superar, os cidadãos se degradam a meros “súditos” – ainda que muito inundados pelos *mass media* e adormecidos pelo “espetáculo” da representação “democrática”.



## **2. Texto da PROVA DE INGLÊS:**

### **“The Sharing Economy and Consumer Protection Regulation: The Case for Policy Change”<sup>2</sup>**

#### **I. RISE OF THE SHARING ECONOMY**

While still in its infancy, the sharing economy has grown substantially in recent years. Young firms like Uber and Airbnb claim thousands of customers, operate in hundreds of cities worldwide, and are valued at tens of billions of dollars.

Despite its rapid growth and enormous popularity with consumers, there is no universally accepted definition of the “sharing economy,” which is also known as the “collaborative economy,” the “peer-production economy,” or the “peer-to-peer economy.” We suggest that it is helpful to think of the sharing economy as any marketplace that brings together distributed networks of individuals to share or exchange otherwise underutilized assets. It encompasses all manner of goods and services shared or exchanged for both monetary and nonmonetary benefit.

The sharing economy creates value in at least five ways:

1. By giving people an opportunity to use others’ cars, kitchens, apartments, and other property, it allows underutilized assets or “dead capital” to be put to more productive use.
2. By bringing together multiple buyers and sellers, it makes both the supply and demand sides of its markets more competitive and allows greater specialization.
3. By lowering the cost of finding willing traders, haggling over terms, and monitoring performance, it cuts transaction costs and expands the scope of trade.
4. By aggregating the reviews of past consumers and producers and putting them at the fingertips of new market participants, it can significantly diminish the problem of asymmetric information between producers and consumers.
5. By offering an “end-run” around regulators who are captured by existing producers, it allows suppliers to create value for customers long underserved by those incumbents that have become inefficient and unresponsive because of their regulatory protections.

These factors can improve consumer welfare by offering new innovations, more choices, more service differentiation, better prices, and higher-quality services. Despite this, the sharing economy and its regulation have become highly charged policy topics, especially at the local level. Fueling this debate, many municipal governments are attempting to impose older regulatory regimes on these new services without much thought about whether they are still necessary to protect consumer welfare

---

<sup>2</sup> KOOPMAN, C; MITCHELL, M.; THIERER, A. The sharing economy and consumer protection regulation: the case for policy change. Mercatus Working Paper at George Mason University, Arlington, VA, December 2014. Disponível em: <https://www.mercatus.org/system/files/Koopman-Sharing-Economy>. Acesso em: Junho de 2017



## TRADUÇÃO MODELO:

“A Economia do Compartilhamento e a Regulação de Proteção ao Consumidor: um argumento para uma mudança na política”

### I. O Crescimento da Economia Compartilhada

Enquanto ainda está na sua concepção, a economia compartilhada cresceu substancialmente nos últimos anos. Empresas jovens, como Uber e Airbnb possuem milhares de clientes, operam em centenas de cidades em todo o mundo e são valorizadas em dezenas de bilhões de dólares.

Apesar do seu rápido crescimento e enorme popularidade com os consumidores, não existe uma definição universalmente aceita da "economia compartilhada", que também é conhecida como a "economia colaborativa", a "economia de produção em pares" ou a "*peer-to-peer* economia ". Sugerimos que seja útil pensar na economia compartilhada como qualquer mercado que reúna redes distribuídas de indivíduos para compartilhar ou trocar ativos de outra forma subutilizados. Abrange todos os tipos de bens e serviços compartilhados ou trocados por benefícios monetários e não monetários.

A economia compartilhada perfaz por pelo menos cinco caminhos:

1. Ao dar às pessoas a oportunidade de usar carros, cozinhas, apartamentos e outras propriedades, permite que ativos subutilizados ou "capital morto" sejam utilizados de forma mais produtiva.
2. Ao reunir múltiplos compradores e vendedores, torna os mercados de oferta e demanda de seus mercados mais competitivos e permitem uma maior especialização.
3. Ao reduzir o custo de encontrar comerciantes dispostos, discutir os termos e monitorar o desempenho, ele reduz os custos de transação e expande o escopo comercial.
4. Ao agregar as revisões de consumidores e produtores passados e colocá-los na ponta dos dedos de novos participantes no mercado, isso pode diminuir significativamente o problema da informação assimétrica entre produtores e consumidores.
5. Ao oferecer uma regulação à margem, pois permite que os fornecedores criem valor para os clientes há muito desatendidos por esses operadores que se tornaram ineficientes e não respondem devido às suas proteções regulatórias.

Esses fatores podem melhorar o bem-estar dos consumidores, oferecendo novas inovações, mais opções, maior diferenciação de serviços, melhores preços e serviços de alta qualidade. Apesar disso, a economia compartilhada e sua regulamentação tornaram-se altamente abordados, especialmente em nível local. Com esse debate, muitos governos municipais estão tentando impor regimes regulatórios mais antigos sobre esses novos serviços sem sequer pensar se eles ainda são necessários para proteger o bem-estar do consumidor.